

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

VOL. 17

ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN - Instituto de Planejamento  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 17 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Brasília, Maio de 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTAÇÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

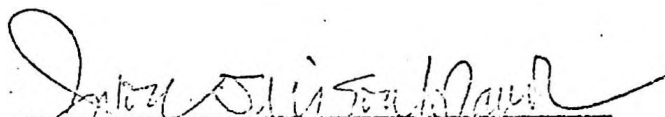
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Domóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sargues Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antonio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)

NOTA METODOLÓGICA

### NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.



Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUÉE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUÍ	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

## ÍNDICE

### A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

1. O Quadro atual de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro
2. As Metas e Bases do Plano de Ação do Governo
3. Objetivos
4. Estratégia e Prioridades
5. Dispêndio e Recursos
6. Instrumentos

### B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

### D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### E - ANEXOS

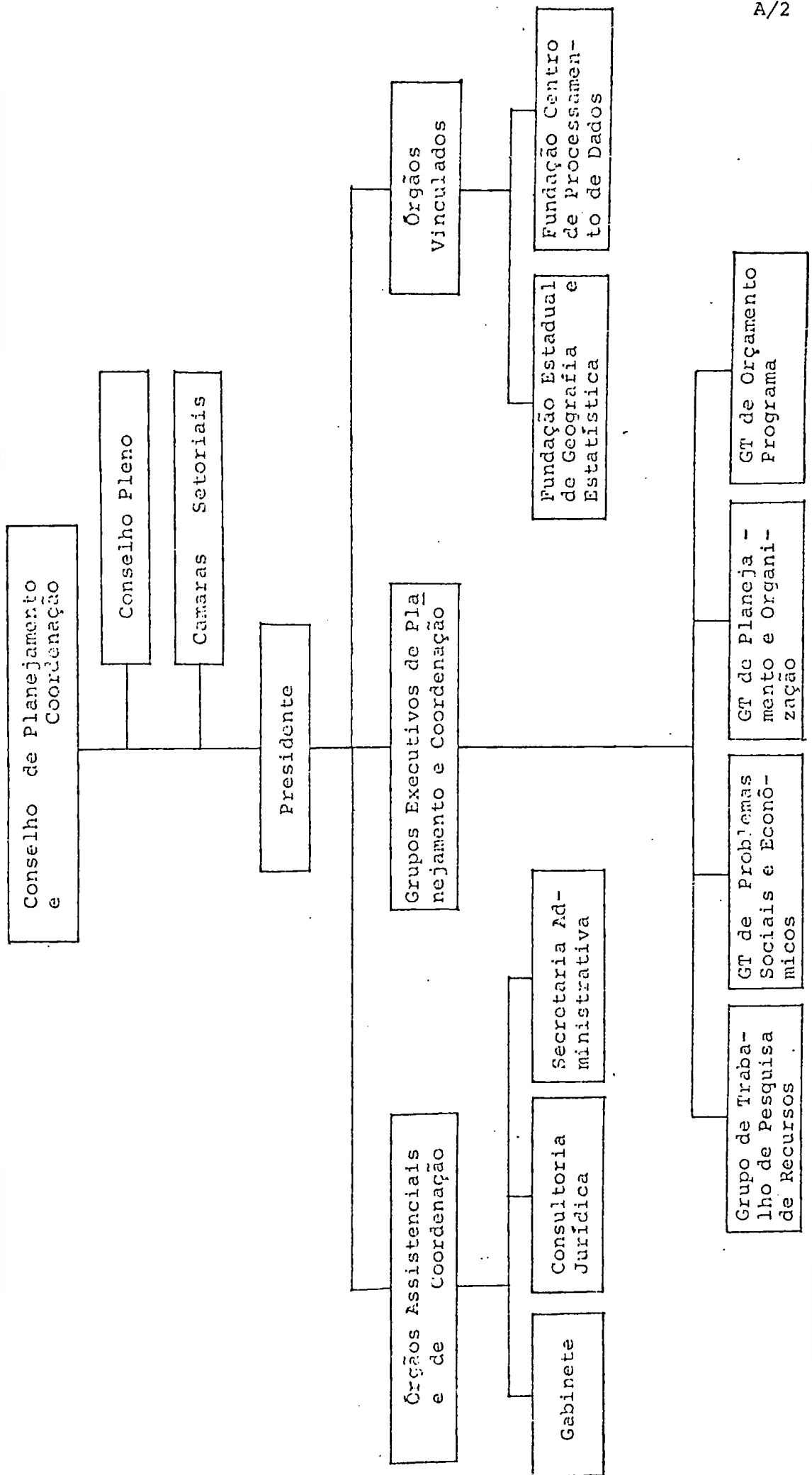
- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

## A- O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO RIO DE JANEIRO

O quadro e o organograma seguintes apresentam as linhas gerais da estrutura e evolução do sistema de planejamento do Estado do Rio de Janeiro. São descritos, igualmente, os aspectos básicos referentes ao atual plano de desenvolvimento estadual. Em anexo, são apresentados em forma mais detalhada, outras informações pertinentes ao sistema de planejamento estadual.

SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL NO ESTADO DO RIO



ESTADO DO RIO DE JANEIROEvolução do Sistema de Planejamento (\*)

ANO	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1971	<p data-bbox="482 669 759 769">Lei nº 6.511 de 12.05.71</p> <p data-bbox="482 1175 795 1275">Decreto nº 15.323 de 09.08.71</p>	<p data-bbox="902 676 1347 1078">Fixa normas que regem o funcionamento da Administração direta e indireta do Estado, institui a Fundação Estadual de Geografia e Estatística e dá outras providências.</p> <p data-bbox="902 1175 1347 1450">Define a estrutura organizacional, as finalidades e o funcionamento do Conselho de Planejamento e Coordenação do Estado.</p> <p data-bbox="902 1536 1347 1691">METAS E BASES DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO-1972/75.</p>

(\*) Nos documentos apresentados no Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Brasília, dezembro de 1971 - pela delegação do Estado do Rio de Janeiro, não constam informações mais detalhadas sobre a evolução do sistema de Planejamento do Estado.



## 1 O QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O órgão central do sistema de planejamento do Estado do Rio de Janeiro é o Conselho de Planejamento e Coordenação - CPC - a quem compete as seguintes atribuições:

- a - elaboração de atos normativos necessários à organização e ao funcionamento do sistema;
- b - supervisão técnica e fiscalização das atividades do respectivo sistema;
- c. - entrosamento e articulação com as demais unidades do sistema; e
- d - promoção de incentivos à formação e aperfeiçoamento do pessoal que integra o sistema.

Aos Grupos Executivos de Planejamento e de Coordenação competem as tarefas de elaboração de Planos e de Orçamento. Atuam ainda como elementos auxiliares do sistema, a Fundação Estadual de Geografia e Estatística (FEGE) e a Fundação Centro de Processamentos de Dados do Estado do Rio de Janeiro (CPDERJ).

## 2 AS METAS E BASES DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO

O documento de orientação da política de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é o "Metas e Bases do Plano de Ação do Governo", e seu período coincide com o do mandato do atual governo.

Para a elaboração desse documento, surgiu a necessidade de se proceder a uma análise preliminar (diagnóstico) abrangendo a realidade fisiográfica e a realidade sócio-econômico do Estado. Nessa análise foram abordados os seguintes aspectos:

- a - levou-se em consideração o papel da economia do Estado relativamente à economia da região a que pertence (Sudeste Brasileiro). Examinou-se tanto os aspectos geo-políticos como os geo-econômicos;

b - examinou-se os recursos hidrológicos, o saneamento básico, os solos, o revestimento florístico, o clima e a demografia;

c - analisou-se a infra-estrutura no que concerne a comunicações, transportes, energia e combustível. Nessa análise foram consideradas a propriedade rural, com a s/ disposição fundiária, as terras públicas, o uso mesmo da terra, as relações de trabalho e as condições sociais. Deveu-se, por igual, na situação da população ativa e da mão-de-obra e empreendeu-se análise geral abrangente de todos os setores econômicos.

A ação política-administrativo foi, dêsse modo, sintetizada em sete setores fundamentais: Planejamento, Organização e Administração; Educação e Cultura; Saúde e Saneamento; Agricultura e Abastecimento; Produção; Infra-Estrutura; Setores Políticos, Sociais e Econômicos.

A cuidadosa análise de cada um desses setores conduziu à identificação de 54 metas, que passam a constituir os objetivos prioritários da ação do Governo.

Um aspecto das "Metas e Bases" que deve ser ressaltado é o fato dela não definir projetos prioritários que indiquem a forma como pretende o Governo exercer a sua ação planejada pelos vários setores. As metas globais e setoriais descritas no documento dão apenas uma idéia muito geral da orientação que o Governo pretende imprimir à sua política de desenvolvimento.

### 3 OBJETIVOS

O documento "Metas e Bases" não define objetivos gerais, apresentando somente 54 metas, acima referidas, que constituem os objetivos prioritários da ação do Governo e que são apresentadas no anexo

#### 4. ESTRATÉGIA E PRIORIDADES

No capítulo em que trata da definição da estratégia, o documento do Governo aborda o assunto em dois tópicos: Metodologia Geral e Estratégia do Governo Estadual, sendo que este último é subdividido em Linhas Gerais da Estratégia e da Política de Ação e em Critérios Básicos para a Delimitação.

No presente documento seguimos essa mesma abordagem:

##### Metodologia Geral

Os problemas relevantes a serem considerados no Programa de Ação do Estado do Rio de Janeiro foram identificados hierarquizados e situados numa escala de prioridade, para serem confrontados com os recursos disponíveis e, finalmente, dimensionados dentro da seguinte metodologia:

a - O exame da Problemática Geral foi feito, tendo como marco de referência os seguintes aspectos: Nacional, Estadual, Regional, Local, Setorial e, ainda, as condições exógenas.

b - Na análise da problemática estão sendo identificados os setores críticos e as condições causais, levando, simultaneamente, em consideração:

- os recursos naturais, humanos, de capital e tecnológicos; e

- os condicionantes econômicos, sociais, psicológicos, culturais, territoriais e, em cada um deles, os aspectos institucionais

c - Da análise feita resultaram as estruturas-problemas, as recomendações, as políticas e as estratégias a serem consideradas em cada um dos aspectos relevantes que constituíram as metas do programa de ação.

d - Após o estabelecimento destas metas, se processou a análise de cada meta em relação a cada uma das alternativas de política e de estratégia, para avaliação - numa ponderação de cada um dos fatores - da sua hierarquia e da s/ prioridade, para confronto com os recursos disponíveis, de sua viabilidade econômica e/ou social.

### Estratégia do Governo Estadual

a - Linhas Gerais da Estratégia e da Política de Ação.

A formulação de uma estratégia para estimular o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro caracteriza-se, fundamentalmente, por dois princípios básicos:

- centralização do governo para as decisões-
- desconcentração para realização das atividades operativas-

b - Critérios Básicos para a Delimitação.

O diagnóstico permitiu que fossem reconhecidas Unidades Regionais, caracterizadas como:

- i) altamente dinâmicas;
- ii) dinâmicas;
- iii) latentes;
- iv) tradicionais;
- v) pioneiras e novas

Foi, então, identificado, como primeira aproximação, um sistema de 6 (seis) Unidades Regionais Polarizadas, a saber:

- i) grande Rio Fluminense;
- ii) Norte Fluminense;
- iii) Sul Fluminense;
- iv) Região das Serras;
- v) Região das Ilhas;
- vi) Região dos Lagos.

Para tôdas as Unidades Regionais Polarizadas estão sendo coordenados pelo Conselho de Planejamento e Coordenação do Estado do Rio de Janeiro, os Projetos Integrados Regionais e Municipais, que serão compatibilizados com as ações do Governo Federal, através de seus Ministérios Setoriais.

Observe-se que o documento do governo não faz referência, em termos de definição de prioridades setoriais, ao modo como se processará a ação governamental nas Unidades Polarizadas.

### Estratégia Setorial

Conforme já mencionamos, a ação do Governo estadual se fará em sete setores fundamentais, a saber:

- 1 - Planejamento, Organização e Administração-
- 2 - Educação e Cultura
- 3 - Saúde e Saneamento
- 4 - Agricultura e Abastecimento
- 5 - Produção
- 6 - Infra-Estrutura
- 7 - Setores Políticos, Sociais e Econômicos.

Para cada um desses setores o documento "Metas e Bases" define um conjunto de metas, que constituem a ação setorial.

A descrição que o documento apresenta das referidas metas permite visualizar os objetivos e a estratégia da ação do governo no setor e ter apenas uma ligeira idéia dos projetos e atividades para a implementação dessa ação. Ao mesmo tempo apresenta as despesas previstas no Orçamento de 1972 e indica as possibilidades de obtenção de recursos em períodos futuros para as metas acima mencionadas.<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> No anexo apresenta-se uma listagem dessas metas, desdobradas setorialmente.

## Prioridades

As "Metas e Bases" não apresentam os elementos necessários ao estabelecimento das prioridades setoriais no período abrangido pelo documento.

### 5 DISPÊNDIO E RECURSOS

As "Metas e Bases" não fornecem elementos para a análise das bases financeiras de sua programação. Os dados financeiros referem-se exclusivamente às despesas previstas no orçamento de 1972.

### 6 INSTRUMENTOS

As "Metas e Bases" não fazem referência explícita aos instrumentos de execução, tem-se entretanto, como um dos instrumentos para sua execução, os Orçamentos- Programas elaborados anualmente.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Orçamento para 1972: 1.153,4 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	5,2	4,8	5,4
- s/Receita Total dos Estados	3,6	3,3	3,6

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 6,8	+ 11,4
1971/72	+ 15,7	+ 9,3

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 15,1	+ 69,3
1971/72	+ 23,4	+ 48,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	Total
1968	81,9	5,7	-	6,6	12,3
1970	79,7	3,4	-	10,1	13,5
1972	79,2	3,6	-	12,1	15,7

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.



6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	41,1	36,8	40,6
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	70,3	62,9	66,8

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	117,7	111,0	99,2
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	78,2	90,8	94,0

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	42,4	49,7	44,1
Região	34,3	30,0	26,2
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	28,3	21,7	21,5
Região	20,7	25,5	28,4
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
88,6	11,4	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

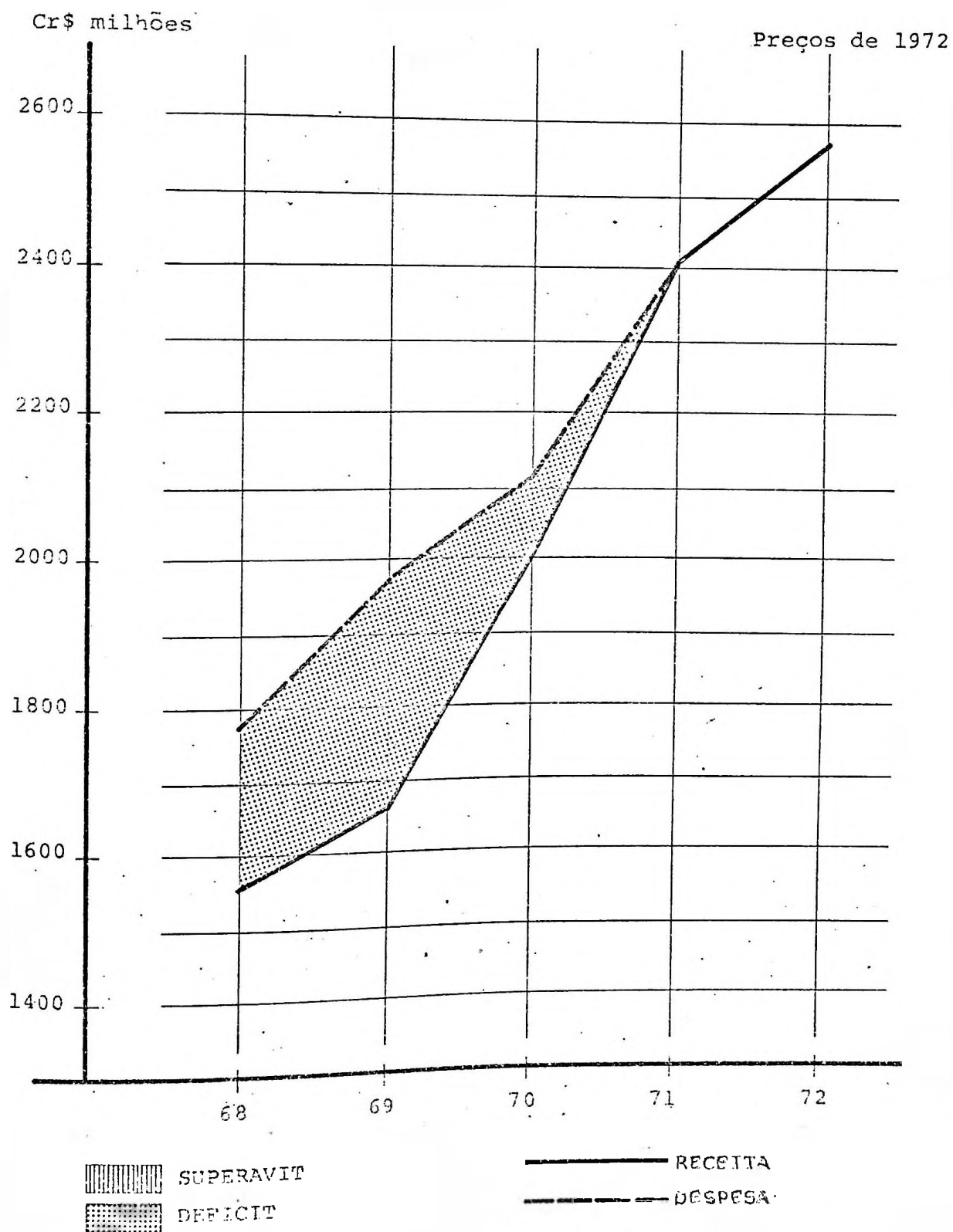
37,8

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	-	-
Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	0,2	0,8	2,5

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>
	- 7,2	- 6,9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA  
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1 O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr\$ 1.153,4 milhões.

1.1.1 Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, indica que a Receita do Estado do Rio de Janeiro, no 1º sub-período, estava diminuindo sua participação relativa naqueles totais, enquanto no 2º sub-período o Estado apresenta uma previsão de melhor posição relativa, com valores percentuais mais elevados.

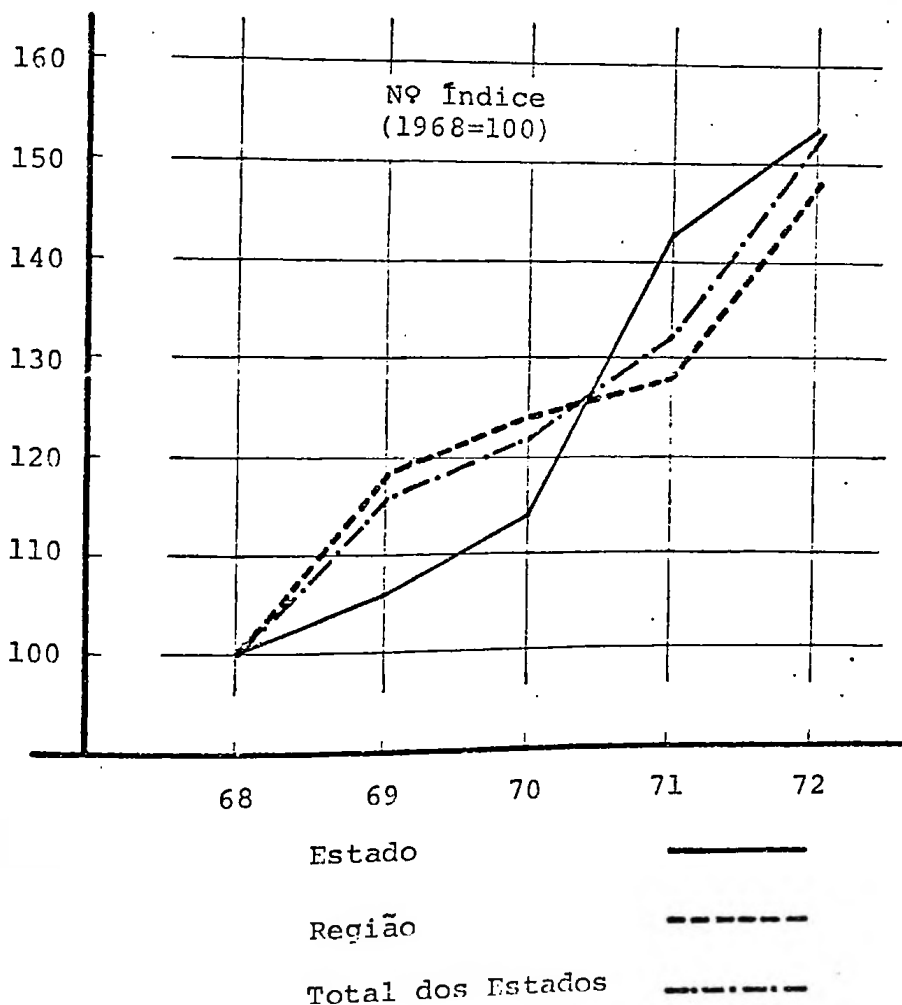
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região SUDESTE	5,2	4,7	4,8	5,9	5,4
Receita Estadual/Receita dos Estados e DF	3,6	3,3	3,3	3,9	3,6
Receita Estadual/Receita da União	3,3	2,7	3,2	4,2	3,6

Os gráficos I, II e III, apresentados no anexo I do Volume 20, mostram a posição relativa da Receita do do Estado, nos anos de 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região SUDESTE, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do D.F. e à Receita da União.

### 1.1.2 Evolução da Receita em termos reais

A Receita total em termos reais cresce continuamente ao longo de toda a série, sendo, entretanto, esse crescimento mais acentuado no 2º sub-período - 1971/72 - quando apresenta uma previsão de 15,8% a.a.(\*) sendo esta duas vezes maior que a taxa observada no 1º sub-período. <sup>1/</sup>

O gráfico seguinte apresenta o crescimento em termos reais da Receita do Estado do Rio de Janeiro, da Receita da Região Sudeste e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal:



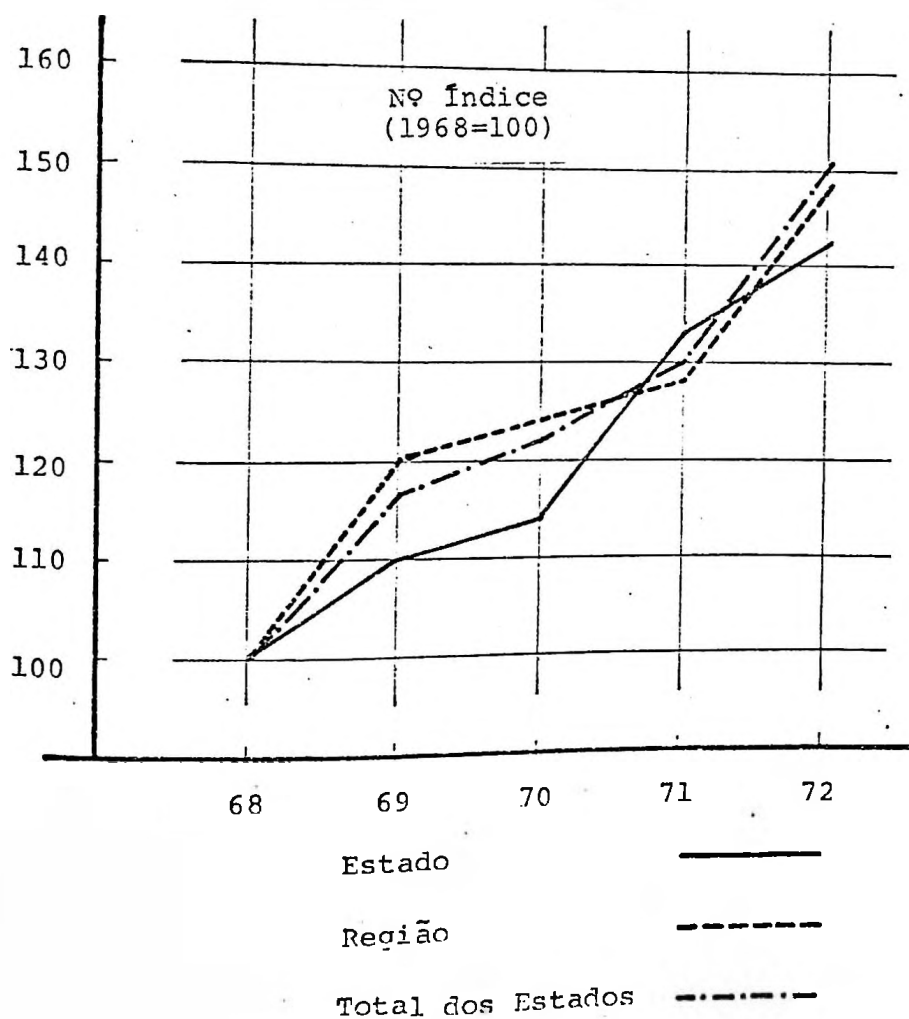
<sup>1/</sup> Tabelas RJ - 1.2 e 1.3 apresentadas no Anexo II deste volume.

(\*) As taxas de crescimento para o período de previsão foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.

### 1.1.3 Evolução da Despesa em Termos Reais

A Despesa total, em termos reais, tem um comportamento análogo ao da Receita, - cresce ao longo de todo o período 1968/72- prevendo-se inclusive um crescimento mais acentuado no 2º sub-período - 1971/72 - cujas taxas são quase duas vezes maiores que as do 1º sub-período.<sup>1/</sup>

O gráfico seguinte apresenta o crescimento em termos reais da Despesa do Estado do Rio de Janeiro, da Despesa da Região Sudeste e do somatório das Despesas dos Estados e Distrito Federal:



<sup>1/</sup> Tabelas RJ 1.2 e 1.3

## 2. ANÁLISE DA RECEITA

A Análise da Receita será efetuada segundo:

- 2.1 as categorias economicas (Corrente e Capital)
- 2.2 a origem

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e às transferências e sua posição relativa no orçamento.

### 2.1 Análise segundo as Categorias Econômicas

O gráfico V apresentado no anexo I do Vol. 20 , apresenta a Receita dos Estados da Região Sudeste, desdobradas em Receitas Corren - tes e de Capital, sendo que a proporção das Receitas Correntes no to - tal de Receitas, para o Estado, apresenta um ligeiro declínio, pois de 90,6% em 1968 essa proporção atinge em 1972 81,6%. Observa-se en - tretanto que esse declínio é menos acentuado que o experimentado pela Região, que de 95,4% em 1968, atinge em 1972 80,3%.<sup>1/</sup>

#### 2.1.1 Evolução em termos reais das Receitas Correntes e de Capital

No sub-período 1968/70, tanto as Receitas Correntes como de Capital crescem uniformemente, sendo entretanto as taxas diferentes ; as Receitas Correntes se expandem a taxas de 5,8% a.a. enquanto as Receitas de Capital evoluem a taxas de 14,9% .

No sub-período 1971/72 as Receitas Correntes são estimadas, crescendo a taxas de 15,0% a.a., enquanto as de Capital apresentam es - timativas de crescimento de 23,7% a.a.<sup>2/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.6- Todas as tabelas citadas com a referência BR encontram-se no Anexo II do volume 20.

<sup>2/</sup> Tabela RJ- 1.3

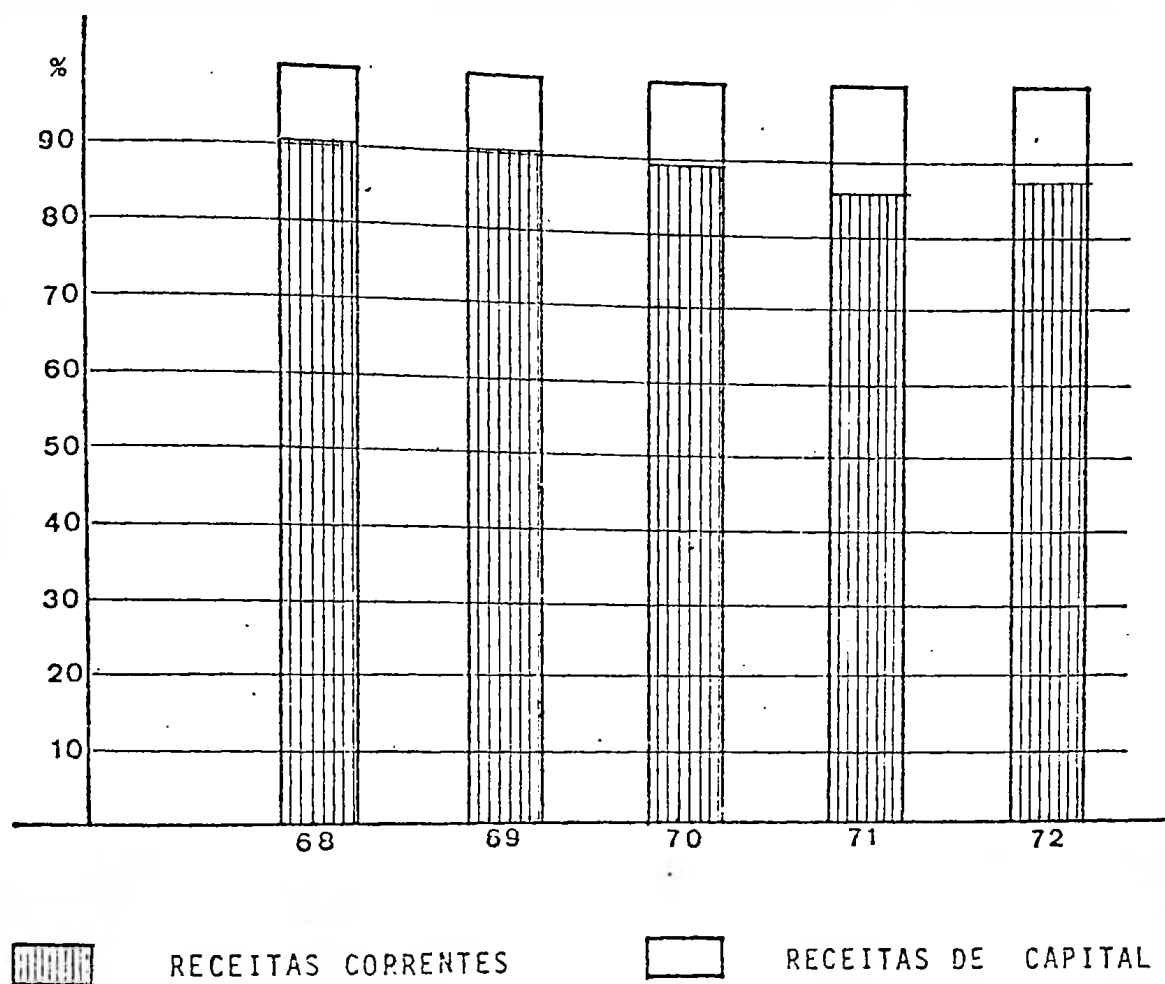
Receitas Correntes e de CapitalNº ÍNDICE - 1968 = 100

ANO	RECEITAS	Correntes	Capital
1968		100	100
1969		106	107
1970		112	132
1971		136	213
1972		148	202

2.1.2 Composição Percentual da Receita segundo as Categorias Econômicas

A variação da composição da Receita Total, nos dois subperíodos, é muito pouco significativa; entretanto, o maior dinamismo das Receitas de Capital, apresentam estas com um ligeiro incremento de sua participação percentual, em detrimento das Receitas Correntes como pode ser verificado no gráfico abaixo.





## 2.2 Análise segundo a origem

O gráfico VI, apresentado no anexo I do Volume 20, mostra a composição das Receitas dos Estados da Região Sudeste, desdobradas em Próprias <sup>1/</sup> e Transferências.

O Estado do Rio de Janeiro mantém a mesma tendência da região, com as Receitas Próprias declinando ligeiramente sua participação percentual no total de Receitas :<sup>2/</sup>

<sup>1/</sup> Definidos como sendo a Receita Total - Transferências. Assim as operações de Crédito estão incluídas nas Receitas Próprias.

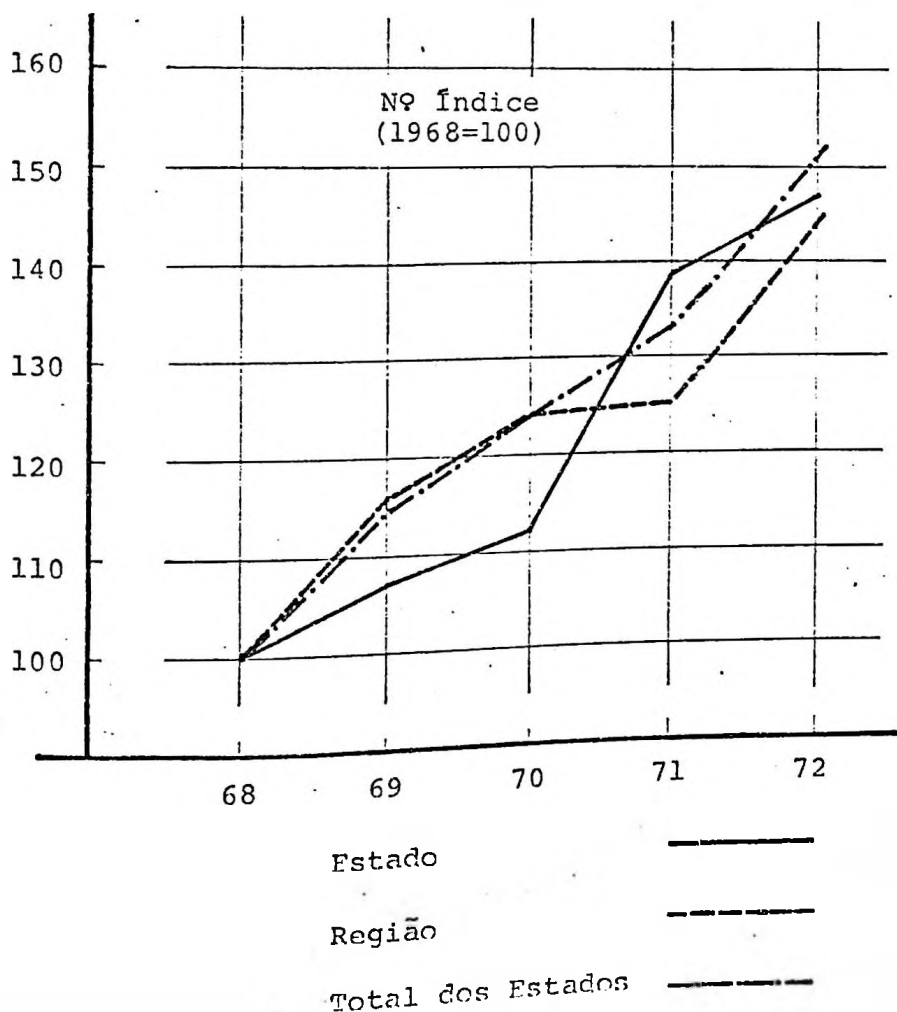
<sup>2/</sup> Tabela BR- 2.2

### 2.2.1 Evolução em termos reais das Receitas Próprias e das Transferências

A evolução das Receitas Próprias em termos reais, no sub-período 1968/70, apresenta um crescimento uniforme, a uma taxa de 6,0% a.a. Nesse sub-período o ICM cresce a uma taxa ligeiramente inferior ao do total de Receitas Próprias, enquanto as "Outras Receitas Próprias" evolui a uma taxa de 14,3% a.a.

No segundo sub-período -1971/72- a estimativa das Receitas Próprias apresentam-na crescendo a uma taxa de 14,2% a.a., sendo o ICM, com uma previsão de crescimento no período de 15,3% a.a., o determinante daquele crescimento previsto para o total de Receitas Próprias, pois as "Outras Receitas Próprias", têm uma estimativa de crescimento de somente 0,5% a.a. <sup>1/</sup>

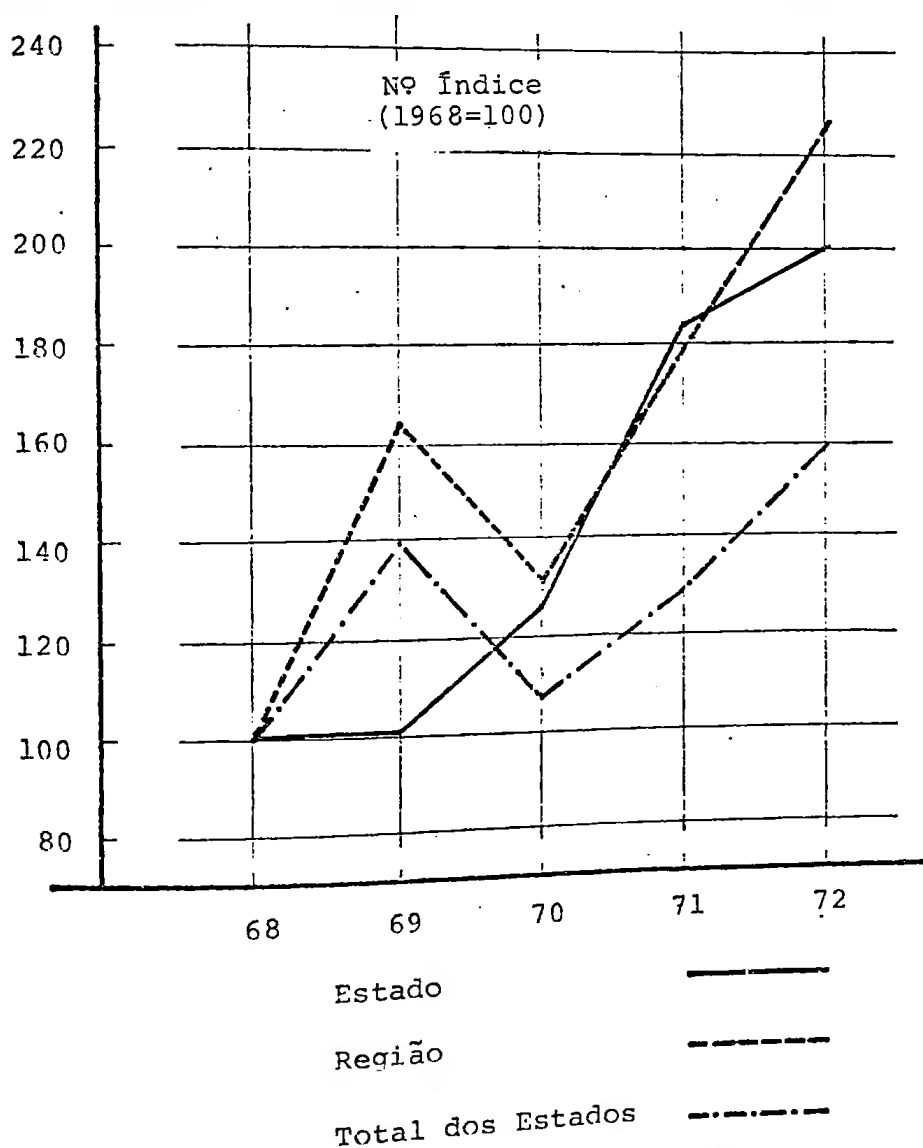
O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, das Receitas Próprias do Estado, da Região Sudeste e do somatório dos Estados e do Distrito Federal:



<sup>1/</sup> Tabela RJ- 2.2

As Transferências em termos reais, apresentam-se crescentes ao longo dos dois sub-períodos, sendo que a estimativa para o período 1971/72, prevê esse crescimento a uma taxa de 24,5% a.a., enquanto no 1º sub-período -1968/70- aquela taxa foi de 12,2% a.a.<sup>1/</sup>

O gráfico seguinte apresenta a evolução em termos reais, das transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total de Estados e Distrito Federal:



<sup>1/</sup> Tabela RJ- 2.2

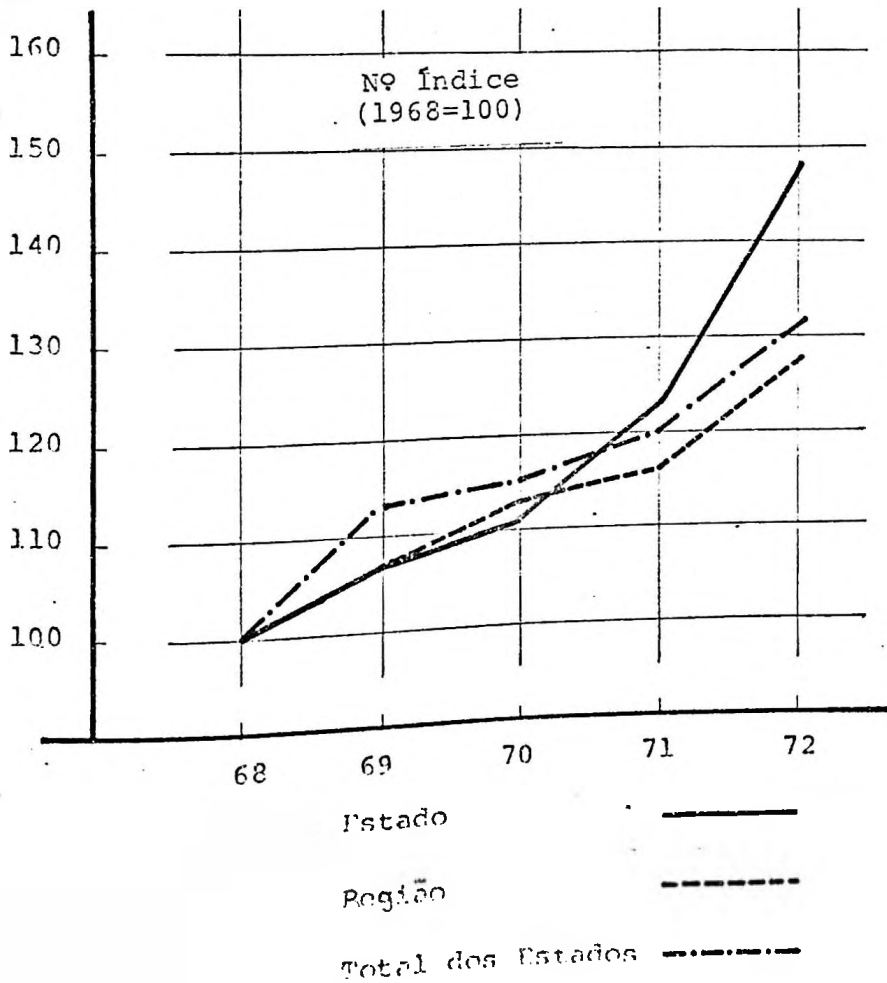
### 2.2.2 O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribui no sub-período 1968/70, com cerca de 81% para o total de Recei-tas Próprias.

No sub-período 1971/72, a contribuição estimada para o ICM é da ordem de 74,5%.

Em termos reais o ICM evolui no 1º sub-período a uma taxa de 5,4% a.a., enquanto no sub-período seguinte a estimativa de cres-cimento do ICM é da ordem de 15,3% a.a.

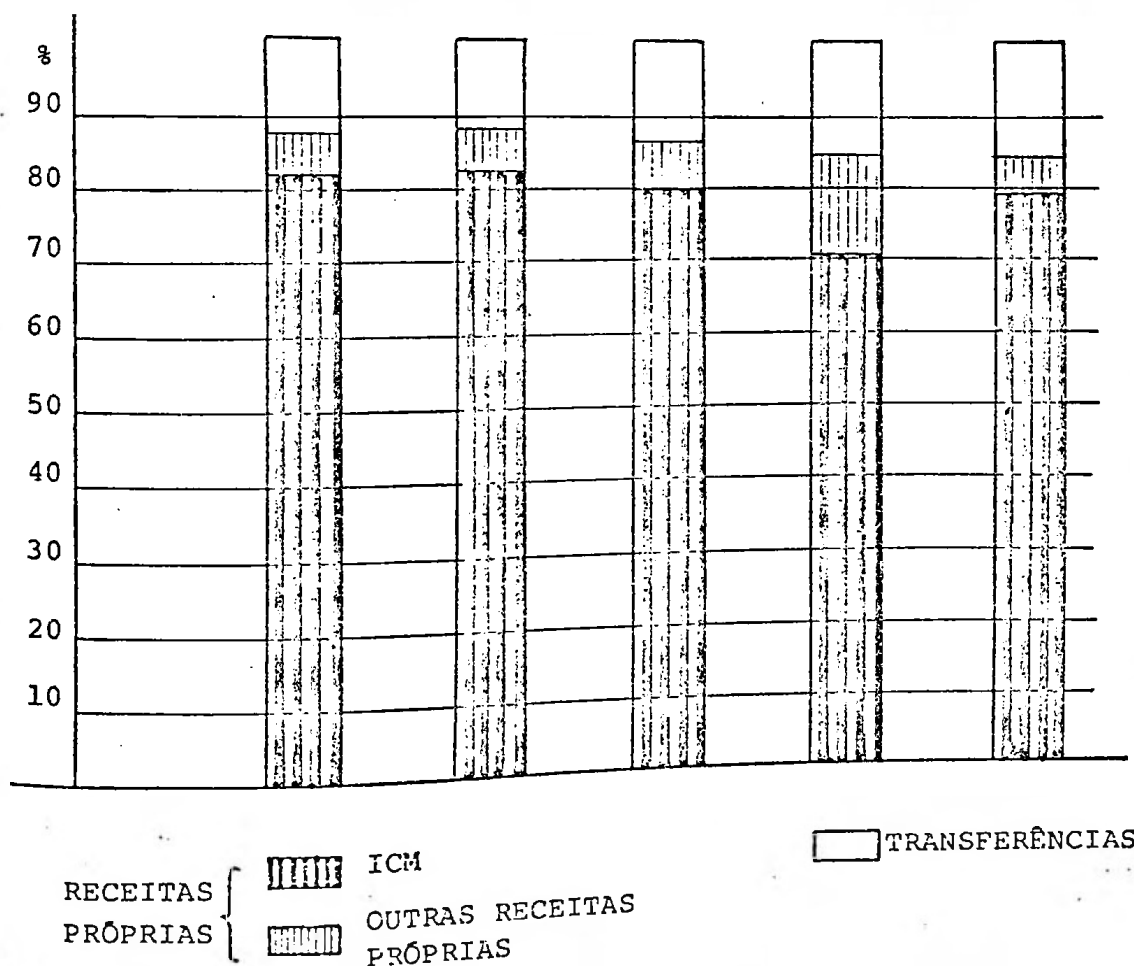
O gráfico abaixo apresenta a evolução em termos reais do ICM do Estado, da estimativa efetuada para a Região Sudeste e do to-tal de Estados e Distrito Federal:



### 2.2.3 Composição Percentual da Receita segundo a origem

As Receitas Próprias mantêm sua participação no total de Receitas, no sub-período 1968/70, relativamente constante em torno de 87%. No segundo sub-período prevê-se um ligeiro declínio dessa participação, situando-se em torno de 84,3%.<sup>1/</sup>

O gráfico abaixo apresenta a composição percentual da Receita do Estado, segundo a origem:



<sup>1/</sup> Tabela RJ- 2.1

#### 2.2.4 As Transferências e sua posição relativa no Orçamento

As Transferências mantêm sua participação relativa no total de Receitas, no sub-período 1968/70, relativamente constante em torno de 12,0%. No segundo sub-período-1971/72- essa participação, situa-se a um nível ligeiramente superior ao verificado no 1º sub-período, situando-se em torno de 15,7%.

Os Fundos de Participação dos Estados tem uma participação relativa declinante no sub-período 1968/70, quando de uma participação de 5,7% no total de Receitas em 1968, atinge em 1970, somente 3,4% desse total <sup>1/</sup>. Já para o 2º sub-período -1971/72- prevê-se uma participação relativa no total de Receitas de 2,3 e 3,6% respectivamente para 1971 e 1972. <sup>2/</sup>

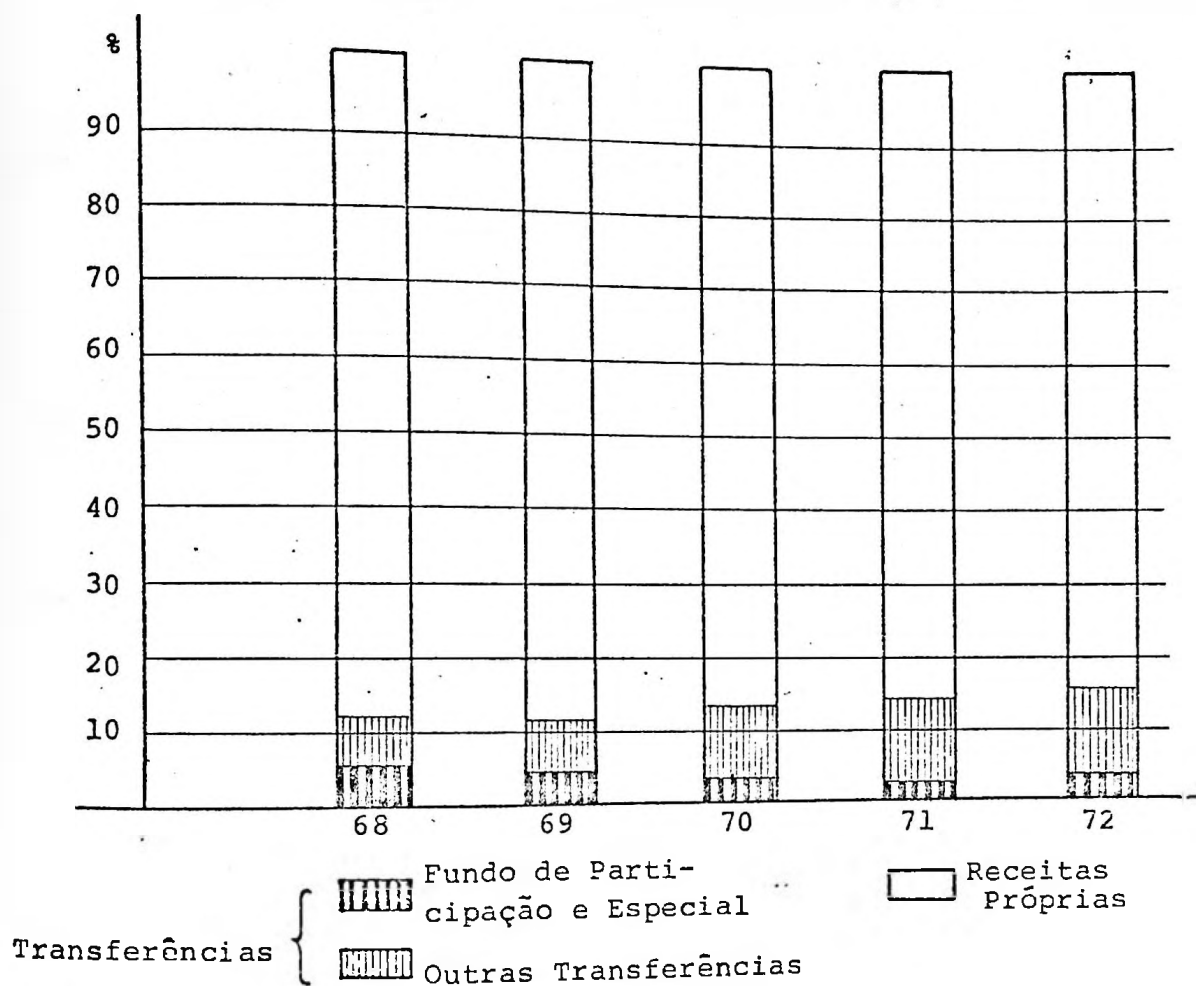
As "Outras Transferências" têm uma participação relativa no total de Receitas, aumentando ao longo do 1º sub-período, de 6,6% em 1968 para 10,1% em 1970. No segundo sub-período essa participação relativa mantém-se constante, a um nível de 12%.

O gráfico seguinte, mostra a composição relativa das Transferências recebidas pelo Estado do Rio de Janeiro, no período 1968/72:

---

<sup>1/</sup> Não registram valores para o Fundo Especial.

<sup>2/</sup> Tabela RJ-2.3



Os gráficos VIII e IX, apresentados no anexo I do Volume 20, mostram a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Sudeste, relativas ao total de transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.

## 2.2.5 Análise da Receita " Per-Capita "

### 2.2.5.1 Receita Própria " Per-Capita "

A Receita Própria "per-capita" do Estado representa, no sub-período 1968/70, cerca de 40% da Receita Própria "per-capita" a purada para a Região. Já no sub-período seguinte, a Receita própria "per-capita", representa em média 45% da estimativa efetuada para a Região Sudeste.<sup>1/</sup>

O gráfico X, apresentado no anexo I do Vol. 20, mostra a Receita Própria "per-capita" do Estado, comparada à estimativa efetuada para a Região Sudeste.

### 2.2.5.2 Transferências "per-capita"

As Transferências "per-capita" recebidas pelo Estado do Rio de Janeiro, relativas às Transferências "per-capita" estimadas para a Região Sudeste, no período 1968/72, são apresentadas abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferência "per-capita" do Estado/Transferência "per-capita" da Região	111,7	72,9	111,1	119,1	99,2

O gráfico XI, apresentado no anexo I do Vol. 20, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados da Região, comparadas às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Sudeste e para o total de Estados e Distrito Federal.

## 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

- as categorias economicas;
- as funções

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 2.4 e BR 2.3



### 3.1 Análise segundo categorias econômicas

O gráfico XII, apresentado no anexo I do Vol. 20, mostra as Despesas dos Estados da Região Sudeste, desdobradas segundo as categorias econômicas.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta uma proporção de Despesas Correntes no total de Despesas ligeiramente ascendente, contrariando a tendência observada para a Região Sudeste, de declínio de participação relativa das Despesas Correntes. <sup>1/</sup>

#### 3.1.1 Evolução em termos reais das Despesas Correntes e de Capital

As Despesas Correntes no sub-período 1968/70, crescem a uma taxa da ordem de 11,5% a.a., sendo que as Despesas com Pessoal crescem a uma taxa de 15,4% a.a., enquanto as "Outras Despesas Correntes" crescem a somente 5,4% a.a. No segundo sub-período a estimativa das Despesas Correntes prevêem seu crescimento a uma taxa de 12,8% a.a., sendo que enquanto as "Outras Despesas Correntes" crescem a 22,7% a.a. as Despesas com Pessoal crescem a somente 5,3% a.a.

As Despesas de Capital decrescem no sub-período 1968/70, sendo seu valor em 1970, 87,4% de que fora em 1968. No sub-período seguinte -1971/72- as Despesas de Capital apresentam estimativas de crescimento no início do período e de declínio no último ano.

O quadro seguinte ilustra a evolução em termos reais das Despesas Correntes e de Capital:

<sup>1/</sup> Tabela BR- 3.3

Nº ÍNDICE - 1968 = 100

ANO	DESPESA	CORRENTES	CAPITAL
1968		100	100
1969		118	88
1970		124	87
1971		138	121
1972		156	108

O gráfico XIII, apresentado no anexo I do Vol. 20, mostra a comparação das Despesas com Pessoal, tomadas com relação à Despesa total, para todos os Estados da Região Sudeste.

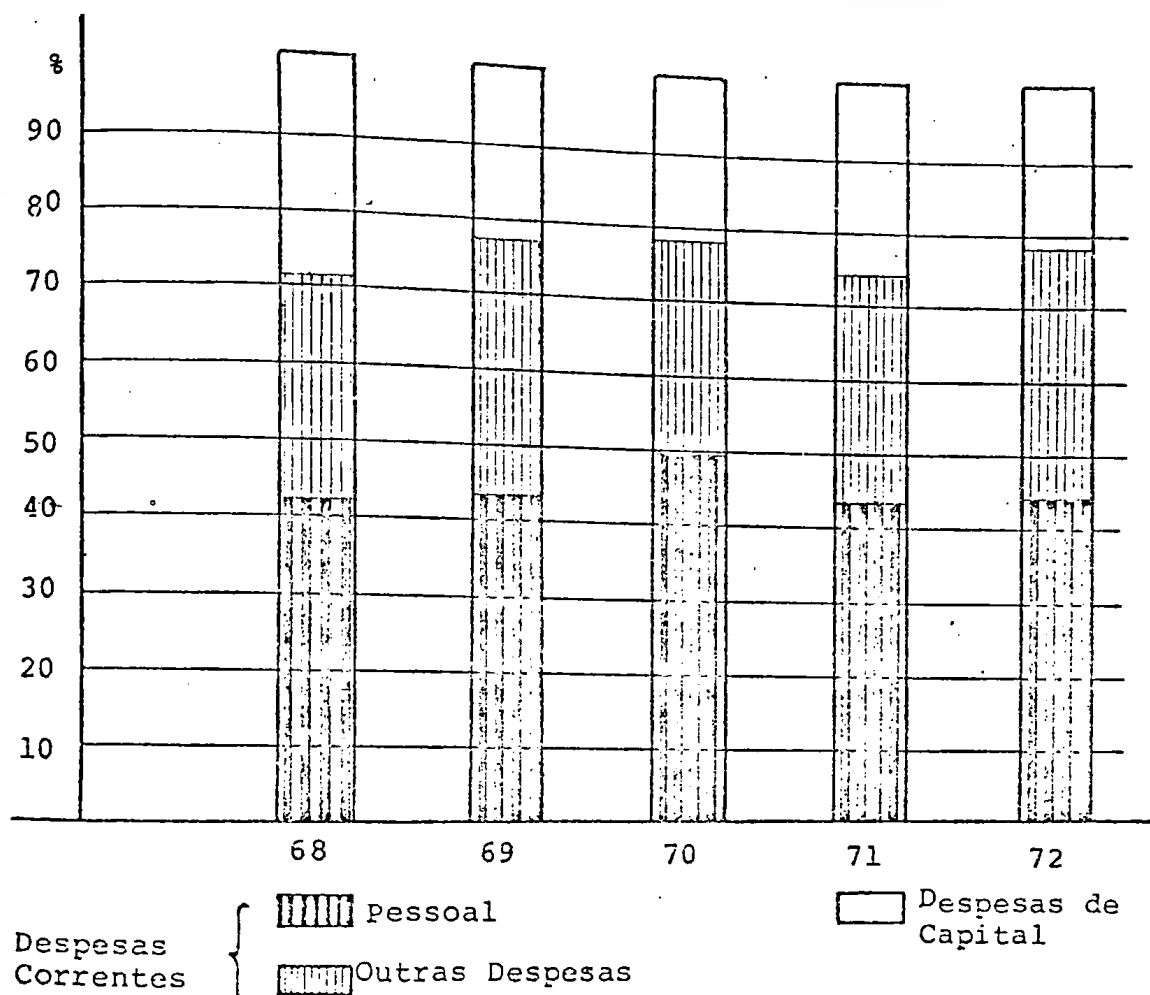
Enquanto a Despesa com Pessoal da Região declina em termos relativos, o Estado do Rio de Janeiro tem aquela participação relativa quando não aumentando pelo menos constante.

### 3.1.2 Composição Percentual da Despesa segundo as Categorias Econômicas

No sub-período 1968/70, a proporção de Despesas Correntes na Despesa Total, aumenta de 71,7% em 1968 para 78,3% em 1970. Segundo as estimativas do sub-período -1971/72- essa proporção será de 74,3 e 78,5% respectivamente para 1971 e 1972. <sup>1/</sup>

O gráfico seguinte apresenta para o Estado do Rio de Janeiro a composição da Despesa Total segundo as Categorias Econômicas:

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 3.1



### 3.1.3 Despesa com Pessoal e Capital em Termos "Per-Capita"

A Despesa com Pessoal em termos "per-capita" para o Estado, tomada como proporção da Despesa com Pessoal "per-capita" calculada para a Região Sudeste, apresenta-se crescente ao longo de todo o período 1968/72, passando de 59% em 1968 para 75% em 1972.

Já a Despesa "per-capita" do Estado tomada como proporção da Despesa de Capital "per-capita" da Região, declina de 65% em 1968 para 33% em 1972.<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 3.4 e BR 3.2

### 3.2 Despesa por Funções

Os setores, Governo, Administração Geral e Financeira, Viação, Transportes e Comunicações, Educação e Cultura e Bem Estar Social, são responsáveis por mais de 65% do total de Despesas do Estado no período 1968/72.<sup>1/</sup>

O quadro abaixo apresenta a participação relativa no total de Despesas desses setores em conjunto e sua posição individual:

Despesa segundo as principais funções. <sup>2/</sup>

(Despesa Total = 100%)

SETORES ANOS	Gov. Adm. Geral e Financ	Viação Transp. e Comunicações	Educação e Cultura	Bem Estar Social	Total
1968	16,2	19,8	18,9	16,1	71,0
1969	18,9	13,4	22,3	13,2	67,8
1970	19,7	15,8	26,0	13,7	75,2
1971	-	-	-	-	-
1972	24,5	14,8	20,8	14,4	74,5

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 3.3

<sup>2/</sup> A forma de apresentação das contas no Orçamento de 1971 não permitiu a consolidação das Despesas segundo as funções.

#### 4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.1 Equilíbrio Orçamentário

##### 4.1.1 Saldo Orçamentário<sup>1/</sup>

O Estado apresenta Saldo em Conta Corrente positivo para todos os anos da série 1968/72. Já a Conta de Capital apresenta déficit para todos aqueles anos.

Em consequência do déficit da Conta de Capital ser em valor absoluto superior ao superavit em Conta Corrente nos anos de 1968/70, o Estado apresenta déficit orçamentário para aqueles anos.

##### 4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo<sup>2/</sup>

Como o Estado não realizou Operações de Crédito no sub-período 1968/70 e como ainda não estão previstas para anos de 1971/72 o Saldo Orçamentário Efetivo é igual ao Saldo Orçamentário.

Os dados abaixo medem a magnitude do Saldo Orçamentário Efetivo do Estado e da Região Sudeste, como percentagem da Receita Total:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita Total (RJ)	- 7,2	- 11,1	- 6,9
Sado Orçamentário Efetivo/ Receita Total (SE)	- 1,1	- 6,8	- 13,2

##### 4.1.3 Financiamento da Despesa de Capital

As Despesas de Capital (DK) são financiadas tanto pelo Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo, como pela Receita de Capital efetiva <sup>3/</sup>, sendo esta última igual a Receita de Capital Total pela inexistência de Operações de Crédito (OC).

<sup>1/</sup> Saldo Orçamentário = Receita - Despesa (Tabela RJ 4.1)

<sup>2/</sup> Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito (Tabela RJ 4.1)

<sup>3/</sup> Receita de Capital efetiva = Receita de Capital - Operações de Crédito.

A proporção das Despesas de Capital financiadas pelo Saldo em Conta Corrente, atinge parcelas relativamente altas, como mostram os dados abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente/Despesa de Capital	45,3	19,0	23,2	45,6	42,4

A principal variável de financiamento dos gastos de capital está representada pela Receita de Capital Efetiva. Os recursos financeiros propiciados por essa fonte juntamente com a Poupança apresentada pelo Governo não foram suficientes para cobrir as Despesas de Capital realizadas no sub-período 68/70, levando então a existência de Deficit Orçamentário naqueles anos, pois parte desses gastos foram realizados sem a devida cobertura financeira.

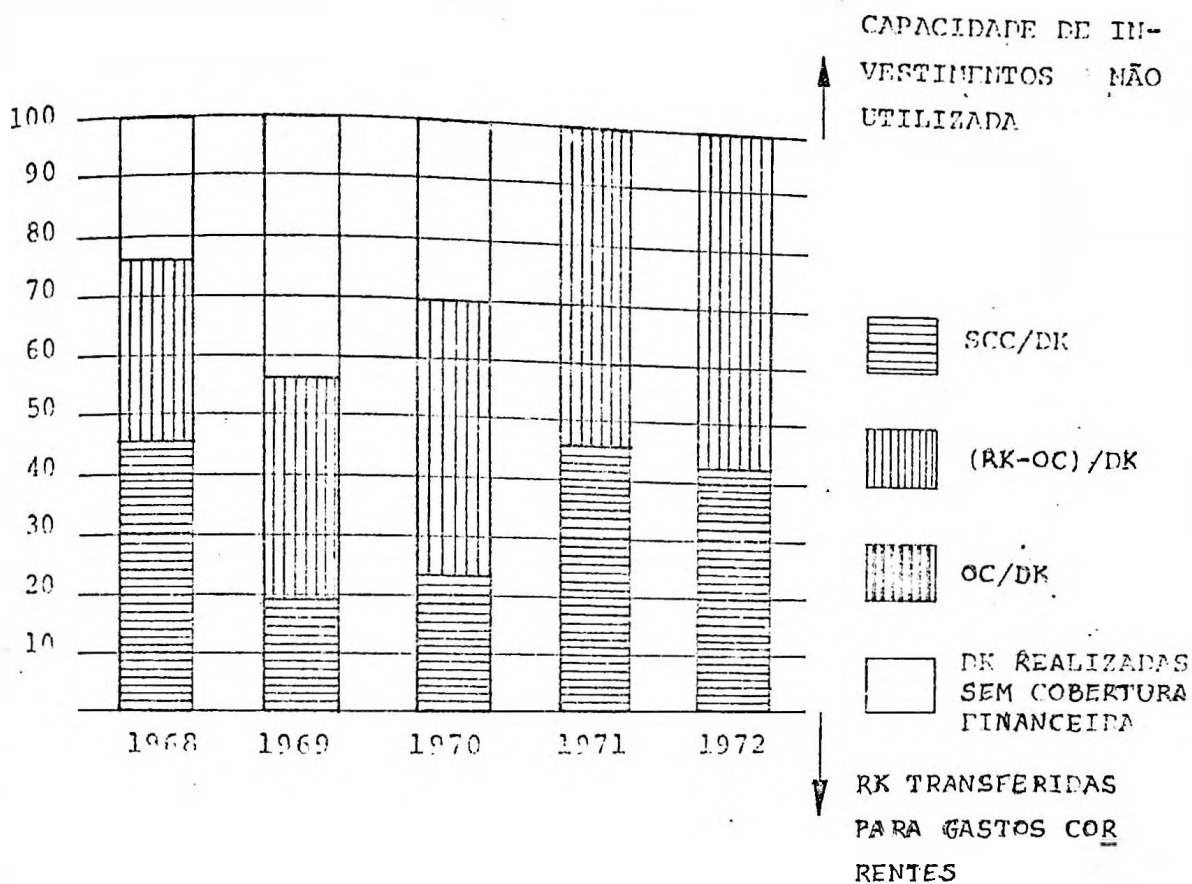
Ressalte-se que a Receita de Capital do Estado do Rio de Janeiro depende fundamentalmente das Transferências de Capital, como mostram os dados abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital s/ Receita de Capital (%)	100	100	99	64	99

Tal fato implica em que esforços próprios desenvolvidos, pelo Estado na formação de Capital caracteriza-se praticamente pela sua capacidade de Poupança Corrente

O gráfico seguinte mostra a composição do financiamento da Despesa de Capital. <sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 4,3



##### 5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

O Estado do Rio de Janeiro não apresenta informações sobre Dívida Externa.

A Dívida Interna (Fundada e Flutuante) apresenta a seguinte composição para os anos de 1968-1970: <sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 5.1

Composição da Dívida Interna (Fundada e Flutuante) - em %

ANOS	DÍVIDA INTERNA	FUNDADA	FLUTUANTE	TOTAL
1968		8,9	91,1	100,0
1969		6,6	93,4	100,0
1970		11,4	88,6	100,0

Em relação à Receita (Total e Própria) a Dívida Interna apresenta as seguintes proporções: <sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total	39,3	40,9	37,8
Dívida/Receita Própria	44,8	46,3	43,7

Os Serviços da Dívida, ou sejam as Amortizações e Juros, são pouco significativos, como podem ser vistos abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida/Receita					
Total	0,2	0,2	0,8	2,5	2,5

<sup>1/</sup> Tabela RJ- 5.2



D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado do Rio de Janeiro - plano de ação do governo do Estado do Rio de Janeiro." Brasília, 15 a 17/12/1971. 12 f.
2. Balanco geral da administração direta do Estado relativo ao exercício de 1970 - Coordenação da Contabilidade Estadual. Niterói, abril de 1971. 358 p.
3. Metas e bases do plano de ação do Governo. Niterói, novembro de 1971. 247 p.
4. Orcamento geral do Estado; analitico 1971. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 02 de fevereiro de 1971.
5. Orçamento geral do Estado; analítico, exercício de 1972. Decreto nº 15.512, de 30 de dezembro de 1971. Diário Oficial' do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 31 de dezembro de 1971.
6. Orçamento geral do Estado; sintético, exercício de 1972. Lei nº 6.744, de 01 de dezembro de 1971. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 03 de dezembro de 1971.
7. Orçamento geral para o exercício de 1971. Lei nº 6.382, de 30 de novembro de 1970. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 01 de dezembro de 1970.
8. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - 0 PLANEJAMENTO ESTADUAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E  
FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

1.1 - O órgão central de planejamento no Estado do Rio de Janeiro é o Conselho de Planejamento e Coordenação -CPC

1.2 - Legislação Básica:

- Lei nº 6511, de 12/5/71
- Decreto nº 15323, de 9/8/71.

1.3 - O CPC é um órgão colegiado, diretamente subordinado ao Governador do Estado.

1.4 - A estrutura organizacional do sistema de planejamento é a seguinte:

- a) Órgãos Colegiados
  - Conselho Pleno
  - Câmaras Setoriais
- b) Direção
  - Presidente do Conselho de Planejamento e Coordenação
- c) Órgãos Assistenciais e de Coordenação
  - Gabinete
  - Consultoria Jurídica
  - Secretaria Administrativa
- d) Grupos Executivos de Planejamento e de Coordenação
  - Grupo de Trabalho de Pesquisa de Recursos
  - Grupo de Trabalho de Problemas Sociais e Econômicos
  - Grupo de Trabalho de Planejamento e Organização
  - Grupo de Trabalho de Orçamento- Programa
- e) Órgãos Vinculados
  - Fundação Estadual de Geografia e Estatística - FEGE
  - Fundação Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro- CPDERJ

Nota: A implantação dos Órgãos está sendo feita progressivamente .

1.5 - A estrutura funcional do sistema de planejamento é a seguinte:

- a) Finalidades no campo das atividades atinentes às pesquisas, análises e estudos relativos ao Plano Geral de Ação do Governo e aos desequilíbrios regionais e setoriais:
- coligir dados e elementos
  - realizar pesquisas, análises e estudos.
- b) Finalidades no campo das atividades atinentes ao Planejamento e Coordenação de Projetos:

- planejar e coordenar todos os planos, programas e projetos elaborados por Órgãos da Administração Direta e Indireta tendo em vista a estratégia e as prioridades fixadas no Plano Geral de Ação do Governo.

- c) Finalidades no campo das atividades atinentes à coordenação da elaboração dos Orçamentos:

- planejar e coordenar a elaboração do Orçamento Geral do Estado e dos Órgãos da Administração Indireta.
- elaborar e coordenar os planos de ajuda externa econômico-financeira e de assistência técnica.

- d) - Finalidades no campo das atividades atinentes à coordenação da institucionalização dos Sistemas de Administração:

- exercer as atribuições de Órgãos Central do Sistema, com funções normativas, de controle técnico e fiscalização específica de suas projeções setoriais e locais-

- d) - zelar pela observância dos Atos Normativos para o Sistema Administrativo e para racionalização, descentralização e desburocratização dos Serviços Públicos, supervisionando sua implantação -
- coletar informações que permitam a análise, a elaboração de estudos e a avaliação sobre reformas estruturais e organizacionais, assim como de racionalização de meios e métodos de trabalho.
  - preparar os estudos e Atos a serem submetidos à apreciação do Governador, especialmente sobre: - métodos, procedimentos, manuais de trabalho, sistema de administração, regulamentação e regim<sup>en</sup>tação.
- e) Finalidades no campo das atividades atinentes aos projetos regionais:
- promover a articulação com os órgãos do Governo Federal para integração dos projetos regionais.
  - elaborar, em articulação com os Governos Municipais interessados, estudos e planos visando o desenvolvimento de grandes aglomerados urbanos.
  - estabelecer o grupamento das unidades municipais, segundo áreas polarizadas, que permitam o desenvolvimento regional em função de características homogêneas
  - promover, em articulação com o Governo Federal, o estudo para solução dos problemas da Área Metropolitana do Grande Rio Fluminense.

Ao Conselho de Planejamento e Coordenação competem as seguintes atribuições:

- a) elaboração de atos normativos necessários à organização e ao funcionamento do sistema;
- b) supervisão técnica e fiscalização das atividades do respectivo sistema;
- c) entrosamento e articulação com as demais unidades do sistema;
- d) promoção de incentivos à formação e aperfeiçoamento de pessoal que integra o sistema.

## 2. QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO

### 2.1 - Aspectos Básicos

O documento de orientação da política de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro é o "Metas e Bases do Plano de Ação do Governo", e seu período coincide com o do mandato do atual governo.

Para a elaboração desse documento, bem como do Orçamento-Programa de 1972, surgiu a necessidade de se proceder a uma análise preliminar (diagnóstico) abrangendo a realidade fisiográfica e a realidade sócio-econômico do Estado. Nessa análise foram abordados os seguintes aspectos:

- a) levou-se em consideração o papel da economia do Estado relativamente à economia da região a que pertence (Sudeste Brasileiro). Examinou-se tanto os aspectos geo-políticos como os geo-econômicos;
- b) examinou-se os recursos hidrológicos, o saneamento básico, os solos, o revestimento florístico, o clima e a demografia;



c) analisou-se a infra-estrutura no que concerne a comunicações, transportes, energia e combustível. Nessa análise foram consideradas a propriedade rural, com a sua disposição fundiária, as terras públicas, o uso mesmo da terra, as relações de trabalho e as condições sociais. Deveu-se, por igual, na situação da população ativa e da mão-de-obra e empreendeu-se análise geral abrangente de todos os setores econômicos.

A ação política-administrativa foi, dêsse modo, sintetizada em sete setores fundamentais: Planejamento, Organização e Administração; Educação e Cultura; Saúde e Saneamento; Agricultura e Abastecimento; Produção; Infra-Estrutura; Setores Políticos, Sociais e Econômicos.

A cuidadosa análise de cada um desses setores conduziu à identificação de 54 metas, globais e setoriais, que passam a constituir os objetivos prioritários da ação do Governo.

O processo que se acabou de descrever delinea a estrutura das "Metas e Bases".

A apresentação do documento do governo se compõe em três partes. A primeira, e a mais longa, análise a evolução da receita e da despesa. A segunda estabelece a estratégia e política de ação. A terceira parte dedica-se à descrição das metas globais e setoriais.

Um aspecto das "Metas e Bases" que deve ser ressaltado desde já é o fato dela não definir projetos prioritários que indiquem a forma como pretende o Governo exercer a sua ação planejada pelos vários setores. As metas globais e setoriais descritas no documento dão apenas uma idéia muito geral da orientação que o Governo pretende imprimir à sua política de desenvolvimento.

## 2.2 - Objetivos e Estratégia Geral

### 2.2.1 - Objetivos

O documento "Metas e Bases" não define objetivos gerais. Ao invés, como iremos ver no item correspondente, estabelece metas e objetivos setoriais.

## 2.2.2 - Estratégia Geral

As "Metas e Bases" adotam uma estratégia espacial, como teremos oportunidade de verificar na exposição que segue abaixo;

No capítulo em que trata da definição da estratégia, o documento do Governo aborda o assunto em dois tópicos: Metodologia Geral e Estratégia do Governo Estadual, sendo que este último é sub-dividido em Linhas Gerais da Estratégia e da Política de Ação e em Critérios Básicos para a Delimitação.

No presente documento seguimos essa mesma abordagem;

### 2.2.2.1 - Metodologia Geral

Os problemas relevantes a serem considerados no Programa de Ação do Estado do Rio de Janeiro foram identificados, hierarquizados e situados numa escala de prioridade, para serem confrontados com os recursos disponíveis e, finalmente, di mensionados dentro da seguinte metodologia:

a) O exame da Problemática Geral foi feito, tendo como marco de referência os seguintes aspectos: Nacional, Estadual, Regional, Local, Setorial e, ainda, as condições exógenas.

b) Na análise da problemática estão sendo identificados os setores críticos e as condições causais, levando, simultaneamente, em consideração:

- os recursos naturais, humanos, de capital e tecnológicos; e
- os condicionantes econômicos, sociais, psicológicos, culturais, territoriais e, em cada um deles, os aspectos institucionais

c) Da análise feita resultaram as estruturas-problemas, as recomendações, as políticas e as estratégias a serem consideradas em cada um dos aspectos relevantes que con tituíram as notas do programa de ação.

d) Após o estabelecimento destas metas, se processou a análise de cada meta em relação a cada uma das alternativas de política e de estratégia, para avaliação - numa ponderação de cada um dos fatores - da sua hierarquia e da sua prioridade, para confronto com os recursos disponíveis, de sua viabilidade econômica e/ou social.

#### 2.2.2.2 - Estratégia do governo Estadual

a) Linhas Gerais da Estratégia e da Política de Ação.

A formulação de uma estratégia para estimular o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro caracteriza-se, fundamentalmente, por dois princípios básicos:

- centralização do governo para as decisões -
- desconcentração para realização das atividades operativas -

A centralização das atividades do Governo será conseqüente por meio de ações que fortaleçam um sistema homogêneo de tomada de decisões harmônicas e permitirá que as decisões de estratégia e políticas se coadunem com a otimização das atividades operativas desse governo.

A desconcentração fornece meios para que as atividades operativas possam ser levadas com autonomia em termos regionais e municipais, através de uma cadeia de delegações.

b) - Critérios Básicos para a Delimitação.

O diagnóstico permitiu que fossem reconhecidas Unidades Regionais, caracterizadas como:

- i. altamente dinâmicas;
- ii. dinâmicas;
- iii. latentes;
- iv. tradicionais;
- v. pioneiras e novas

Foi, então, identificado, como primeira aproximação, um sistema de 6 (seis) Unidades Regionais Polorizadas, tôdas coordenadas pelo Conselho de Planejamento e Coordenação com sede em Niterói, a saber:

- i. grande Rio Fluminense;
- ii. Norte Fluminense;
- iii. Sul Fluminense
- iv. Região das Serras;
- v. Região das Ilhas;
- vi. Região dos Lagos.

Essas Unidades Regionais Polorizadas terão, respectivamente, como "polos" Duque de Caxias, Campos/Itaperuna, Barra Mansa/Volta Redonda, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Cabo Frio.

"A delimitação das Unidades Regionais Polorizadas resultou de um amplo diagnóstico sócio-econômico do Estado, com análise a nível Municipal e em certos casos a nível Distrital, da qual resultou o conhecimento de mais de uma centena de índices ou indicadores de caráter administrativo, financeiro, demográfico, fisiográfico, dos aspectos de infra-estrutura, da mão-de-obra, da produção, dos problemas educacionais, sanitários e de atividades sociais, bem como, das instituições comerciais".

Para tôdas as Unidades Regionais Polorizadas estão sendo coordenados pelo Conselho de Planejamento e Coordenação do Estado do Rio de Janeiro os Projetos Integrados Regionais e Municipais, que serão compatibilizados com as ações do Governo Federal, através de seus Ministérios Setoriais.

Observe-se que o documento do governo não faz referência, em termos de definição de prioridades setoriais, ao modo como se processará a ação governamental nas Unidades Polorizadas.

### 3 - Estratégia Setorial e Prioridades

#### 3.1 - Estratégia Setorial

Conforme já mencionamos, a ação do Governo estadual se fará em sete setores fundamentais, a saber:

1. Planejamento, Organização e Administração-
2. Educação e Cultura
3. Saúde e Saneamento
4. Agricultura e Abastecimento
5. Produção
6. Infra-Estrutura
7. Setores Políticos, Sociais e Econômicos

Para cada um desses setores o documento "Metas e Bases" define um conjunto de metas, que constituem ação setorial.

A descrição que o documento apresenta das referidas metas permite visualizar os objetivos e a estratégia da ação do governo no setor e ter apenas uma ligeira idéia dos projetos e atividades para a implementação dessa ação. Ao mesmo tempo apresenta as despesas previstas no Orçamento de 1972 e indica as possibilidades de obtenção de recursos em períodos futuros para as metas acima mencionadas.

Em anexo, apresentamos a listagem dessas metas.

### 3.2 - Prioridades

As "Metas e Bases" não apresentam os elementos necessários ao estabelecimento das prioridades setoriais no período abrangido pelo documento.

### 3.4 - Instrumentos

As "Metas e Bases" não fazem referência explícita aos instrumentos de sua execução. Contudo, o primeiro setor -

---

fundamental para ação do governo é o Planejamento, Organização e Administração, o que indica a intenção em adequá-los à sua ação planejada.

Também, embora não seja feita referência explícita, deduz-se que os Orçamentos-Programa constituem outro instrumento de execução.

### 3.5 - Programas e Projetos Prioritários

As "Metas e Bases" não fazem referência a programas e projetos prioritários. Mantêm-se apenas ao nível das metas globais e setoriais, que, conforme já mencionamos, são apresentadas em anexo.

### 3.6 - Esquema Financeiro do Plano

As "Metas e Bases" não fornecem elementos para a análise das bases financeiras de sua programação. Os dados financeiros referem-se exclusivamente às despesas previstas no orçamento de 1972.

METAS E BASES DO PLANO DE AÇÃO DO GOVÊRNO

## 4.1 Setor de Planejamento: Coordenação e Administração

META I - Implantação do Sistema de Planejamento e Contrôles Gerais.

META II - Implementação dos Projetos Regionais Integrados.

META III - Implantação dos Sistemas Centrais de Coordenação Administrativa.

META IV - Implantação dos Sistemas Centrais de Coordenação Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

META V - Implantação das administrações Setoriais.

META VI - Integração dos Órgãos de Administração Indireta.

META VII - Integração dos Planos dos Governos Municipais com os Estaduais.

META VIII - Dinamização dos Órgãos e Instituições da Ação Direta de Governadoria.

#### 4.2 Setor de Educação e Cultura

- META IX - Remanejamento e Expansão da Rede Escolar.
- META X - Desenvolvimento das Atividades de Alfabetização de Caráter Emergencial.
- META XI - Aumento do Índice de Escolarização do Ensino Básico Obrigatório.
- META XII - Melhoria dos Níveis de Qualificação do Magistério.
- META XIII - Expansão e Adequação do Ensino Médio.
- META XIV - Desenvolvimento do Ensino Superior.
- META XV - Desenvolvimento de Educação Complementar.
- META XVI - Difusão Cultural.
- META XVII - Expansão das Atividades Recreativas e Esportivas.
- META XVIII - Desenvolvimento das Atividades de Apoio da Educação.

#### 4.3 Setor de Saúde e Saneamento

- META XIX - Incrementação de Pesquisa dos Problemas Fundamentais.
- META XX - Difusão da Educação Sanitária.
- META XXI - Incrementação da Prevenção no Campo da Saúde e do Combate às Doenças Transmissíveis.
- META XXII - Expansão do Saneamento Básico.
- META XXIII - Melhoria das Condições de Nutrição.
- META XXIV - Incrementação do Atendimento Médico-Social
- META XXV - Aumento das Possibilidades de Acesso aos Produtos Farmacêuticos.



#### 4.4 Setor de Agricultura e Abastecimento

- META XXVI - Estabelecimento de Zoneamento Agrícola e Planificação da Economia Rural.
- META XXVII - Avaliação e Adequado Aproveitamento dos Recursos Naturais.
- META XXVIII - Capacitação do Pequeno e Médio Empresário Rurais.
- META XXIX - Extensão Rural e Planejamento Conservacionista.
- META XXX - Eletrificação Rural.
- META XXXI - Fomento da Pesca Marítima e Interior.
- META XXXII - Defesa Vegetal e Animal.
- META XXXIII - Fomento.
- META XXXIV - Abastecimento.
- META XXXV - Expansão Agrícola.
- META

#### 4.5 Setor de Produção Industrial e Serviços

- META XXXVI - Promoção da Expansão do Extrativismo.
- META XXXVII - Desenvolvimento do Artesanato.
- META XXXVIII - Implantação e Expansão da Pequena e Média Empresas.
- META XXXIX - Disciplinação do Processo de Consumo.
- META XL - Implantação da Indústria de Turismo.
- META XLI - Fiscalização e Controle dos Pesos e Medidas.
- META XLII - Determinação das Ocupações Predominantes

#### 4.6 Setor de Infra-Estrutura

- META XLIII - Formulação do Plano e Promoção de Medidas para Expansão dos Sistemas de Comunicação.

META XLIV - Formulação do Plano de Coordenação dos Transportes Estaduais e Manutenção de Serviços de Construção de Vias e Exploração de Transportes.

META XLV - Desenvolvimento do Plano de Energia Elétrica da CELF.

META XLVI - Autorizações, permissões e concessões.

#### 4.7 Setor de Atividades Políticas e Sócio-Econômicas

META XLVII - Expansão do Plano de Habitação.

META XLVIII - Expansão do Serviço Social e Organização Comunitária.

META XLIX - Assistência ao Menor.

META L - Atividades da Justiça e do Sistema Penitenciário.

META LI - Atividades do Sistema de Segurança.

META LII - Atividades do Sistema de Defesa Civil.

META LIII - Ministério Público.

META LIV - Entidades Financeiras.

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	349,3	90,6	36,2	9,4	385,5	100	296,3	71,7	116,9	26,3	413,2	100,0
1 9 6 9	446,8	90,5	46,7	9,5	493,5	100	423,0	77,2	125,1	22,8	548,1	100,0
1 9 7 0	566,1	89,1	69,3	10,9	635,4	100	531,8	78,3	147,7	21,7	679,5	100,0
1 9 7 1	833,0	86,0	135,4	14,0	968,4	100	719,3	74,3	249,1	25,7	968,4	100,0
1 9 7 2	1 010,3	87,6	143,1	12,4	1 153,4	100	905,0	78,5	248,4	21,5	1 153,4	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	88,8	-	11,2	-	100,0	-	76,0	-	24,0	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
	1 9 6 8	684,9	71,0	755,9	581,0	229,2
1 9 6 9	726,5	75,9	802,4	687,8	203,4	891,2
1 9 7 0	768,1	94,0	862,1	721,6	200,4	922,0
1 9 7 1	931,8	151,5	1.083,2	804,6	278,6	1.083,2
1 9 7 2	1.010,3	143,1	1.153,4	905,0	248,4	1.153,4

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	106	+ 6,0	107	+ 6,9	106	+ 6,2	118	+ 18,4	89	- 11,3	110	+ 10,0
1 9 7 0	112	+ 5,7	132	+ 23,9	114	+ 7,4	124	+ 4,9	87	- 1,5	114	+ 3,5
1 9 7 1	136	+ 21,3	213	+ 61,2	143	+ 25,7	138	+ 11,5	122	+ 39,0	134	+ 17,5
1 9 7 2	148	+ 8,4	202	- 5,5	153	+ 6,5	156	+ 12,5	108	- 10,8	142	+ 6,5

FCNTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S				P R Ó P R I A S				T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	385,5	100	315,6	81,9	--	--	22,6	5,8	338,2	87,7	11,1	2,9	36,2	9,4	47,3	12,3
1969	493,5	100	406,9	82,5	--	--	28,8	5,8	435,7	88,3	11,1	2,2	46,7	9,5	57,8	11,7
1970	635,4	100	506,7	79,7	--	--	42,7	6,8	549,4	86,5	16,8	2,6	69,2	10,9	86,0	13,5
1971	968,4	100	680,0	70,2	--	--	136,1	14,1	816,1	84,3	65,3	6,7	77,0	9,0	154,3	15,7
1972	1 153,4	100	914,0	79,2	--	--	58,5	5,1	972,5	84,3	39,0	3,4	141,9	12,3	180,9	15,7
MÉDIA (*) 68/72	-	100	-	78,7	-	-	-	7,5	-	86,2	-	3,6	-	10,2	-	13,9

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

ANO	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		TOTAL		C O R R E N T E S		C A P I T A L		TOTAL					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%				
1968	755,9	-	618,0	-	-	-	44,3	-	663,1	-	41,0	-	71,0	-	94,0	-				
1969	602,4	6,2	661,6	6,9	-	-	46,0	5,6	700,4	6,8	10,0	-17,4	76,0	7,0	94,0	1,3				
1970	662,1	7,4	607,5	3,9	-	-	57,9	23,7	745,4	5,2	22,0	26,7	93,9	23,6	116,7	24,2				
1971	1.032,2	25,7	760,6	10,6	-	-	152,3	163,0	912,9	22,5	73,0	220,1	97,3	5,6	170,3	45,9				
1972	1.153,4	6,5	914,0	20,2	-	-	50,5	-61,6	972,5	6,5	39,0	46,6	141,9	45,8	100,9	6,2				

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.



PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SECUNIC A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTI- CIPAÇÃO DOS ES- TADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	22,0	5,7	-	-	22,0	5,7	25,3	6,6	47,3	12,3
1969	21,8	4,4	-	-	21,8	4,4	36,0	7,3	57,8	11,7
1970	21,9	3,4	-	-	21,9	3,4	64,1	10,1	86,0	13,5
1971	22,0	2,3	-	-	22,0	2,3	118,3	12,2	140,3	14,5
1972	42,0	3,6	-	-	42,0	3,6	138,9	12,1	180,9	15,7
MÉDIA (*) 68/72	-	3,9	-	-	-	3,9	-	9,6	-	13,5

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (\*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	160,60	-	147,97	-	20,71	-
1969	173,00	+ 2,7	152,74	+ 3,2	20,27	- 2,1
1970	179,01	+ 3,9	155,47	+ 1,8	24,34	+ 20,0
1971	210,20	+21,4	186,70	+18,3	34,32	+ 41,0
1972	224,62	+ 2,8	189,39	+ 3,0	35,23	+ 2,7

FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho

## DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										CAPITAL		TOTAL	
	C O R R E N T E S		O U T R A S		S U B - T O T A L		C A P I T A L		C A P I T A L		T O T A L			
	P E S S O A L		O U T R A S		S U B - T O T A L		C A P I T A L		C A P I T A L		T O T A L			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1968	175,4	42,4	120,9	29,3	296,3	71,7	116,9	26,3	413,4	100,0				
1969	240,2	43,8	182,8	33,4	423,0	77,2	125,1	22,8	548,1	100,0				
1970	337,6	49,7	194,2	28,6	531,8	78,3	147,7	21,7	679,5	100,0				
1971	418,5	43,2	300,8	31,1	719,3	74,3	249,1	25,7	968,4	100,0				
1972	508,3	44,1	396,7	34,4	905,0	78,5	248,4	21,5	1.153,4	100,0				
MÉDIA * 68/72	-	44,7	-	31,3	-	76,0	-	24,0	-	100,0				

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESA

R J  
3,2

DEMONSTRATIVOS SEGUNTO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (\*)

A N O	D E S P E S A S				C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S		S U B - T O T A L			
	P E S S O A L	O U T R A S				
1968	343,9	237,1	581,0	229,2	810,2	
1969	390,6	297,2	687,8	203,4	891,2	
1970	458,1	263,5	721,6	200,4	922,0	
1971	468,1	336,5	804,6	278,6	1.083,2	
1972	508,3	396,7	905,0	248,4	1.153,4	

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNCOES

Cr\$ milhões correntes

R 3  
3.3

A N O	F U N C I O E S														T O T A L			
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1968	67,3	16,2	34,7	8,4	82,0	19,8	1,1	0,3	78,4	18,9	40,1	9,7	43,1	10,6	66,5	16,1	413,4	100
1969	103,5	18,9	40,8	7,4	73,6	13,4	23,7	4,3	122,2	22,3	58,9	10,7	53,1	9,7	72,3	13,2	540,1	100
1970	133,9	19,7	27,2	4,0	107,7	15,8	7,9	1,2	176,6	26,0	67,1	9,9	65,8	9,7	93,3	13,7	679,5	100
1971 (1)	...		...		...		...		...		...		...		...		...	
1972	282,1	24,5	33,3	2,9	171,0	14,8	14,3	1,2	240,0	20,8	111,1	9,6	135,5	11,8	166,1	14,4	1.153,4	100
MEDIA (*)	-	19,7	-	5,6	-	16,0	-	1,8	-	22,0	-	10,0	-	10,5	-	14,4	-	100

EXTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

Obs: (1) - A forma de apresentação das contas no orçamento de 1971 não permitiu a consolidação das despesas segundo as funções.

COMPORTEAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL  
E CAPITAL EM TIPOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I,		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	76,74	100	51,14	100	-
1969	84,22	110	43,86	86	- 14,2
1970	95,55	125	41,80	82	- 4,7
1971	94,33	123	56,14	110	+ 34,3
1972	98,99	129	48,37	94	- 13,8

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT OU SUPERÁVIT

- Cr\$ milhões correntes -

ANO	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DÉFICIT OU SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DÉFICIT (-) OU SUPERÁVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1958	+ 53,0	- 50,7	- 27,7	-	- 27,7
1969	+ 23,8	- 78,4	- 54,6	-	- 54,6
1970	+ 34,3	- 78,4	- 44,1	-	- 44,1
1971	+ 113,7	- 113,7	0,0	-	0,0
1972	+ 105,3	- 105,3	0,0	-	0,0

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 13,7	+ 45,3	- 7,2	- 23,7
1 9 6 9	+ 4,8	+ 19,0	- 11,1	- 43,7
1 9 7 0	+ 5,4	+ 23,2	- 6,9	- 29,9
1 9 7 1	+ 11,7	+ 45,6	0,0	0,0
1 9 7 2	+ 9,1	+ 42,4	0,0	0,0
MÉDIA(*)68/72	+ 8,9	+ 35,1	- 5,1	- 19,6

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) - Média simples



FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1968	+ 45,3	31,0	+ 23,7	-	100,0
1969	+ 19,0	37,3	+ 43,7	-	100,0
1970	+ 23,2	46,9	+ 29,9	-	100,0
1971	+ 45,6	54,4		-	100,0
1972	+ 42,4	57,6		-	100,0
MÉDIA 68/72(*)	+ 35,1	45,4	+ 19,5	-	100,0

(\*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RK - Receitas de Capital  
 SO - Saldo Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem Cobertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTE: Tabelas 1.1  
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)				
							Cr\$ milhões	(%)		
1 9 6 8	13,5	8,9	138,0	91,1	151,5	100,0	-	-	151,5	100,0
1 9 6 9	13,4	6,6	188,3	93,4	201,7	100,0	-	-	201,7	100,0
1 9 7 0	27,4	11,4	212,8	88,6	240,2	100,0	-	-	240,2	100,0

· FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	39,3	44,8	170,6
1 9 6 9	40,9	46,3	289,0
1 9 7 0	37,8	43,7	241,6

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç O E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O A: (R)			
		Receita Total	Recuítas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital
1968	0,4	0,1	0,1	-	0,3
1969	0,7	0,1	0,2	-	0,6
1970	4,2	0,7	0,8	-	2,8
1971	22,6	2,3	2,0	-	9,1
1972	25,9	2,2	2,7	-	10,4
MÉDIA (*) 58 / 72	—	1,1	1,3	-	4,6

FONTE: Amortização: Veja termos de referência do trabalho

Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1

Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RE- CEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO		RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO EM RELAÇÃO A RECEITA
			(A)	(B)	
1968	89,2	0,4	88,8		23,0
1969	70,5	0,7	69,8		14,1
1970	103,6	4,2	99,4		15,6
1971	249,1	22,6	226,5		23,4
1972	248,4	25,9	222,5		19,3

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVIÇO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (3)	RECEITA PRÓPRIA (3)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (3)
1 9 5 8	0,4	0,2	0,6	0,2	0,2	0,7
1 9 6 9	0,7	0,2	0,9	0,2	0,2	1,3
1 9 7 0	4,2	0,7	4,9	0,8	0,9	4,9
1 9 7 1	22,6	1,8	24,4	2,5	3,0	10,8
1 9 7 2	25,9	3,1	29,0	2,5	3,0	13,0

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

